

Brasil prorroga por 3 meses renegociação da dívida

Nova Iorque — O Brasil e os bancos credores acertarão a prorrogação provisória da chamada Fase Dois da renegociação da dívida brasileira por mais três meses; a partir de 31 de maio, para permitir o fechamento do acordo com o FMI e a solução das divergências quanto à Fase Três — o acordo plurianual —, que surgiram entre a equipe do Banco Central e o Comitê Assessor dos Bancos.

Ontem, o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, conversou durante duas horas com o coordenador do Comitê dos Bancos, William Rhodes, que foi ao Hotel Park Lane, onde o Ministro está hospedado, acompanhado pelos dois subcoordenadores, Leighton Coleman e Guy Huntrods. À saída, Rhodes disse que o encontro foi "positivo", enquanto Dornelles preferiu classificá-lo como "razoável".

Antes de Dornelles, somente Delfim Netto levava Rhodes (em

essência um executivo de nível médio do Citibank) a seu hotel. Vestindo uma camisa de malha verde, o coordenador do Comitê de Assessoria chegou atrasado 15 minutos para o encontro e brincou com os jornalistas ao chegar: "estou vestido com as cores do Brasil".

No encontro com Dornelles e com o presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, o Ministro da Fazenda — segundo contou — pôs Rhodes a par de seus contatos, em Washington, como Presidente do Federal Reserve (o Banco Central dos EUA), Paul Volker, com o Secretário de Fazenda americano, James Baker, e com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosiere. Rhodes, à saída, disse ter ficado "muito impressionado" com a queda da inflação no Brasil e com a melhoria no superávit da balança comercial, que voltou a ultrapassar a casa do bilhão de dólares mensais.

Segundo Dornelles a prorrogação por três meses da Fase Dois do

acordo com os bancos é razoável. Durante a prorrogação, como já vem fazendo, o Brasil se limitará a amortizar juros e terá a garantia da manutenção, pelos bancos, das linhas de crédito nos chamados Projetos Três (linhas de crédito para exportação) e Quatro (mercado interbancário). O Ministro acentuou que a negociação com os bancos, a ser feita paralelamente com o Fundo, recomeça no dia 27, em Brasília.

Dornelles disse que tem interesse em fechar um acordo com os bancos no menor tempo possível e informou que não discutiu tópicos específicos com Rhodes, como a questão do monitoramento das contas brasileiras pelo FMI, ao qual a delegação brasileira se opõe. Rhodes, por seu lado, afirmou que ainda havia muitos itens pendentes nas negociações quando elas foram interrompidas em fevereiro; agora, esses itens serão examinados, o que "levará tempo".

Apesar de Dornelles afirmar que

deseja logo um acordo com os bancos, a estratégia brasileira parece ser a de ganhar o máximo de tempo possível. Com a prorrogação de mais três meses, o Acordo Plurianual não deverá ser concluído, pelo menos até agosto. A prorrogação permitirá ao Brasil rediscutir pontos que considere total ou parcialmente inaceitáveis para fechar o atual "pacote". Principalmente, permitirá que o País tenha algum tempo para arrumar a frente política interna, acomodando as diversas tendências políticas dentro do Governo (da esquerda à direita) e permitindo um maior fortalecimento de José Sarney que, consideram alguns, não pode entrar acelerado numa negociação com pouco mais de 15 dias de Governo efetivo.

Mesmo definindo como "bom em muitos pontos" o Acordo Plurianual esboçado pelo Governo anterior, o Governo não pode politicamente deixar de questionar muitos de seus pontos, sob pena de forte

desgaste interno. O principal ponto é o monitoramento, (aceito pelo México), através do qual o FMI controlaria semestralmente as contas do Brasil até o ano 2.000. O Brasil opõe-se ao monitoramento depois que parou de receber recursos do Fundo e buscará negociar uma solução intermediária.

Outros itens contestados são o "down payment", que é o critério de carência progressiva pelo qual — ao longo de sete anos — o Brasil irá pagando quantias progressivamente

maiores do principal da dívida até estabilizar-se em 6 bilhões de dólares em 1991 (pagando além, disso, 12 bilhões de dólares anuais de juros, às taxas de hoje). Os brasileiros acham que "carência é carência, sem "down payment", que é um pagamento que não chega a ser expressivo nos primeiros anos, mas que tem implicações políticas semelhantes às criadas pelo monitoramento.

A terceira divergência, mais téc-

nica, refere-se ao cálculo das comissões cobradas pelos bancos para o reempréstimo, nos quais os brasileiros acham que estão sendo prejudicados.

O fato é que os banqueiros e o Fundo, a partir de agora, estão ouvindo uma linguagem nova, uma linguagem na qual entram termos como "compromisso político da Aliança Democrática", "consenso político quanto às negociações", "apoio da opinião pública" e todas as expressões que caracterizam uma negociação que — ao que tudo parece indicar — está deixando de ser discutida apenas a portas fechadas em gabinetes inacessíveis de Nova Iorque, Brasília e Washington, para ser apresentada, na medida do possível, ao Congresso e à opinião pública, exatamente do mesmo modo que é feito nos Estados Unidos, onde vivem os banqueiros do Comitê Assessor e o FMI.